



A Efetividade do Direito Processual na Conservação Ambiental

Autor(res)

Ana Cecilia De Oliveira Bitaraes
Juliana Bárbara Oliveira Cunha
Eduardo Otaviano De Souza

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CONTAGEM

Introdução

Diante dos desafios ambientais globais — como a crise climática, a perda da biodiversidade e o esgotamento de recursos naturais — o papel do Direito Processual vai além da resolução de conflitos, atuando como ferramenta essencial para a proteção ambiental. Princípios como o "In dubio pro natura" — que determina que, na dúvida, se favoreça o meio ambiente — fortalecem a aplicação de normas processuais para a sustentabilidade, especialmente na proteção de ecossistemas frágeis, como a Amazônia e o Pantanal. A degradação ambiental, intensificada desde a Revolução Industrial, exige mudanças urgentes no modelo de desenvolvimento e, nesse contexto, o Direito Processual oferece instrumentos que garantem a implementação de normas ambientais e incentivam a sustentabilidade. Dessa forma, a sustentabilidade se torna essencial para superar a crise ecológica e construir um futuro mais equilibrado e responsável.

Objetivo

Esta pesquisa objetiva analisar o uso do Direito Processual como mecanismo de defesa ambiental, considerando os desafios ecológicos atuais. Busca-se identificar as formas pelas quais o direito processual pode contribuir para a redução dos impactos ambientais, reforçando sua importância na proteção de ecossistemas e na promoção da sustentabilidade.

Material e Métodos

Para esta pesquisa, foi aprofundado o estudo do art. 225 da Constituição Federal, que consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum e essencial à qualidade de vida. Além disso, foram analisados artigos científicos sobre Direito Processual e Ambiental, buscando uma compreensão atualizada sobre o tema. O estudo incluiu a análise de casos emblemáticos, como os desastres de Brumadinho e Mariana, que evidenciam a vulnerabilidade ambiental e a falta de prevenção, resultando na destruição de ecossistemas e na perda de vidas humanas. Esses casos destacam a necessidade de ações processuais eficazes para responsabilização e reparação, ilustrando como o Direito Processual pode contribuir na defesa ambiental. A pesquisa permite, assim, entender a interligação entre o Direito Processual e Ambiental e reforça a importância de seu trabalho conjunto para a proteção do meio ambiente como direito essencial para a sociedade.

Resultados e Discussão

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



Casos como os desastres de Brumadinho e Mariana reforçam a necessidade de uma atuação processual que proteja efetivamente o meio ambiente. O princípio "in dubio pro natura" é central nesse contexto, estabelecendo que, na dúvida, a decisão mais favorável ao meio ambiente prevaleça. Em 2013, esse princípio foi aplicado pela Segunda Turma do STJ, que reconheceu a possibilidade de condenação por dano moral coletivo em casos de degradação ambiental. No julgamento do REsp 1.367.923, o STJ condenou três empresas em R\$ 500 mil por dano ambiental devido ao armazenamento indevido de amianto. Essas decisões ressaltam a relevância do Direito Processual na defesa ambiental como bem coletivo. Contudo, a não condenação criminal das empresas Samarco, Vale, VogBR e BHP Billiton e seus respectivos representantes pelo desastre ocorrido em Mariana, demonstra que ainda é preciso pensar em formas de responsabilização criminal ante a condução de atividades empresariais com efeitos nefastos ao meio ambiente.

Conclusão

O poder judiciário se mostra essencial na proteção ambiental, fiscalizando práticas prejudiciais e promovendo a sustentabilidade. É crucial atualizar e respeitar as normas para enfrentar desafios globais. Medidas que responsabilizem criminalmente atividades empresariais nocivas ao meio ambiente devem ser consideradas, reforçando a dignidade ambiental. A difusão de conhecimento nesse âmbito também é fundamental para debater soluções e fortalecer o compromisso jurídico com a preservação ambiental.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 out. 2024.
- BRUNO DA SILVA, A. A.; GO, A.; PESSOA, R. O desastre ambiental de Brumadinho: por uma nova composição de forças para a defesa ambiental. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 123, p. 49-83, 31 dez. 2021.
- In dubio pro natura: mais proteção judicial ao meio ambiente. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2019/In-dubio-pro-natura-mais-protecao-judicial-ao-meio-ambiente.aspx>>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- ZUBA, Fernando; ANDRADE, Jô. Nove anos após desastre, Justiça absolve Samarco pelo rompimento da barragem de Mariana. G1 Minas. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/11/14/justica-absolve-samarco-pelo-rompimento-da-barragem-de-mariana.ghtml> Acesso em: 15 nov. 2024.